

O CURRÍCULO EDUCACIONAL COMO MEIO E NÃO FIM: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA EMANCIPAÇÃO PEDAGÓGICA FRENTE À BUROCRATIZAÇÃO DO SABER

THE EDUCATIONAL CURRICULUM AS A MEANS, NOT AN END: A CRITICAL ANALYSIS OF PEDAGOGICAL EMANCIPATION VIS-À-VIS THE BUREAUCRATIZATION OF KNOWLEDGE

 <https://doi.org/10.63330/armv2n7-011>

Submetido em: 21/07/2026 e Publicado em: 24/07/2026

ARM: e261990

Marco Antônio Teixeira de Paula
Mestrando em Teologia pela Faculdades EST

Silvia Clícia Corrêa dos Santos de Paula
Mestranda em Teologia pela Faculdades EST

Resumo

Este artigo analisa criticamente a concepção do currículo educacional contemporâneo, problematizando a sua redução a um fim burocrático e mercadológico em detrimento de sua função essencial como meio para a emancipação humana e a transformação social. Fundamentando-se em uma perspectiva teórica crítica e interdisciplinar, o estudo articula as contribuições de Moacir Gadotti, Tomaz Tadeu da Silva, Michael Apple e Gimeno Sacristán para revelar a colonização neoliberal dos contextos escolares pelas lógicas de eficiência, performance, consistência e padronização curricular. Argumenta-se que o apego contemporâneo por avaliações de larga escala e currículos inflexíveis que vem a esvaziar o ato pedagógico de sua dimensão ética e criadora, transformando o conhecimento em mercadoria e o estudante em um consumidor passivo. Por meio de uma análise rigorosa do currículo como contexto de disputa de poder e subjetivação, o trabalho propõe a superação do paradigma tecnicista. Conclui-se que o currículo deve ser ressignificado como uma práxis inacabada e dialógica, constituindo-se em um processo vivo de leitura do mundo capaz de fomentar a autonomia, a pluralidade e a justiça social.

Palavras-chave: Burocratização do saber; Currículo educacional; Emancipação pedagógica; Práxis; Teorias críticas do currículo.

Abstract

This article critically analyzes the conception of the contemporary educational curriculum, problematizing its reduction to a bureaucratic and market-driven end at the expense of its essential function as a means for human emancipation and social transformation. Grounded in a critical and interdisciplinary theoretical



perspective, the study articulates the contributions of Moacir Gadotti, Tomaz Tadeu da Silva, Michael Apple, and Gimeno Sacristán to expose the neoliberal colonization of school environments through the logics of efficiency, performance, consistency, and curricular standardization. It argues that the contemporary attachment to large-scale assessments and rigid curricula strips the pedagogical act of its ethical and creative dimension, turning knowledge into a commodity and the student into a passive consumer. Through a rigorous analysis of the curriculum as a domain of power struggles and subjectification, this work proposes overcoming the technicist paradigm. It concludes that the curriculum must be re-signified as an unfinished, dialogic praxis—constituting a living process of world-reading capable of fostering autonomy, plurality, and social justice.

Keywords: Bureaucratization of knowledge; Critical curriculum theories; Educational curriculum; Pedagogical emancipation; Praxis.

1 INTRODUÇÃO

As reformas educativas globais e nacionais implementadas nas últimas décadas têm promovido uma latente reconfiguração na ontologia do contexto escolar, alterando substancialmente a forma como se concebe, se organiza e se avalia o conhecimento. Sob a égide do capitalismo tardio e da racionalidade neoliberal, assiste-se a uma preocupante inversão de valores pedagógicos: o currículo, que historicamente deveria figurar como um meio dinâmico e otimizador para a formação humana em sua integralidade, passa a ser tratado como um fim em si mesmo. A escola contemporânea vê-se sitiada por um emaranhado de diretrizes inflexíveis, metas quantitativas e obsessão por competências instrumentais, convertendo o ato de educar em um mero exercício de adestramento para testes padronizados e adequação ao mercado de trabalho.

Diante desse cenário de colonização tecnicista, impõe-se a necessidade de um diagnóstico crítico que vá além da superfície das políticas públicas educacionais. O currículo não é um documento neutro, tão pouco uma lista inocente de componentes curriculares e habilidades a transitar de forma linear e estática. Ele constitui um aparato cultural, político e estético que reflete visões de sociedade, disputas de classe e projetos de humanidade. Quando a burocracia educacional universaliza o currículo prescrito, transformando-o na razão de ser da escola, aniquila-se a possibilidade da criação e recriar, do dissenso e da práxis emancipatória. O conhecimento escolar perde sua densidade histórica e existencial, convertendo-se em um fetiche, uma meta de desempenho a ser auditada por sistemas externos de controle.

Nesse sentido, a pergunta fundamental que orienta esta investigação pode ser formulada nos seguintes termos: como reverter a lógica instrumental que aprisiona o currículo escolar na dimensão do produto, resgatando a sua dignidade originária de caminho, processo e mediação ética? Partindo dessa



problematização, o presente artigo desenvolve uma análise teórica densa a partir das contribuições de Moacir Gadotti, Tomaz Tadeu da Silva, Michael Apple e Gimeno Sacristán. A hipótese que sustenta este estudo é de que a libertação do currículo de sua amarra tecnocrática exige a sua compreensão como um contexto vivo de poder e de subjetivação. Apenas ao resgatar o currículo como práxis, ou seja, como um meio inacabado para a leitura crítica do mundo será possível restituir à educação o seu potencial transformador e contributivo ao desenvolvimento integral das pessoas e contextos.

2 O CURRÍCULO COMO TERRITÓRIO DE PODER, CULTURA E SUBJETIVAÇÃO

Para compreender as complexas teias de significação que envolvem as disputas curriculares, é indispensável recorrer às contribuições teóricas de Tomaz Tadeu da Silva. O autor nos ensina que o currículo não é um veículo transmissor de verdades estabelecidas, mas sim um espaço social produtor de identidades, culturas e assimetrias de poder. A seleção do que é considerado saber legítimo dentro de uma sociedade nunca é um ato puramente técnico ou científico; trata-se de uma operacionalização eminentemente política que escolhe quais narrativas, memórias e valores serão perpetuados e quais serão sumariamente silenciados ou marginalizados no cotidiano escolar. O currículo, portanto, diz o que a pessoa deve ser, sentir e desejar, atuando diretamente sobre a formatação das subjetividades.

A análise crítica de Silva (2001) desconstrói a ilusão de neutralidade do conhecimento escolar ao demonstrar que o currículo é um contexto de batalha simbólico. Ao prescrever determinados saberes em detrimento de outros, a escola reproduz hierarquizações sociais e de classe, naturalizando desigualdades históricas sob a capa do mérito intelectual. Quando o currículo é universalizado como um fim burocrático inquestionável e acrítico, essa violência simbólica é institucionalizada e blindada contra a crítica das próprias pessoas que são elementos contributivos e propulsores da educação. Professores e estudantes passam a ser “governados” por uma estrutura textual que se apresenta como universal e objetiva, mas que carrega consigo as marcas das hegemonias culturais dominantes.

Assim, ao analisar a escola sob a cosmovisão das teorias críticas e pós-críticas do currículo, percebe-se que a resistência à padronização curricular não é apenas um debate pedagógico, mas uma luta política de primeira grandeza. Desvendar as ideologias ocultas que sustentam e balizam a arquitetura dos componentes curriculares escolares é o primeiro passo para compreender como a pretensa eficácia educacional contemporânea atua para pacificar as consciências e produzir corpos dóceis. O currículo, quando tomado como fim supremo da instituição escolar, aprisiona a diversidade cultural e a pluralidade humana em fôrmulas homogêneas que servem ao controle social, impedindo que a sala de aula se constitua em um contexto de emancipação e de afirmação da diferença. Como aponta Klemz (2021, 2023), pensar o ambiente educativo exige ultrapassar abordagens segregadoras e assumir a inclusão e a diversidade como



dimensões transversais da formação humana, assegurando que o espaço escolar naturalize as diferenças em vez de estigmatizá-las.

3 A ECONOMIA POLÍTICA DO CURRÍCULO: MERCANTILIZAÇÃO E A LÓGICA NEOLIBERAL

A articulação entre a estrutura curricular e as engrenagens macroeconômicas afirma-se no pensamento sociológico de Michael Apple um instrumental analítico de extraordinário rigor crítico. Apple (2006) investiga de que maneira o avanço da ideologia neoliberal tem redefinido o papel do Estado e, por conseguinte, a própria finalidade da educação pública. Sob a retórica sedutora da excelência, da eficácia e da modernização, introduzem-se nas escolas lógicas de mercado que ressignificam o conhecimento em capital simbólico privado e a prática educativa em um processo de auditoria permanente. O currículo passa a ser desenhado inversamente, isto é, a partir das demandas de desempenho estabelecidas por corporações econômicas e exames de larga escala.

Essa mercantilização do currículo produz o que Apple (2006) caracteriza como a proletarianização do trabalho docente e a alienação do estudante. Os professores, destituídos de sua autonomia intelectual e de sua capacidade criadora, são rebaixados à condição de meros executores de pacotes didáticos produzidos por fundações privadas e burocratas do Estado. O currículo "à prova de professor" anula o caráter dialógico da pedagogia, uma vez que o sucesso do docente passa a ser mensurado exclusivamente pela sua capacidade de fazer os alunos reproduzirem com exatidão as respostas exigidas nos testes padronizados, gerando um processo classificatório excludente. O estudante, por sua vez, é estimulado a adotar uma postura instrumentalista em relação ao saber, enxergando o currículo não como um caminho de autoconhecimento e inserção crítica na pólis, mas como uma lista de verificação (*checklist*) necessária para obter credenciais competitivas, paralelo a isso classificatório para o mercado de trabalho.

A análise da economia política do currículo revela, portanto, que a hipertrofia do currículo-fim atende aos interesses de acumulação e legitimação do modelo socioeconômico contínuo e vigente. Ao reduzir o horizonte formativo à aquisição de competências socioemocionais romantizadas e habilidades cognitivas básicas, a escola neoliberal renuncia ao seu compromisso com a formação de pessoas reflexivas e politicamente ativas. A denúncia de Apple (2006) nos desperta que aceitar passivamente o currículo como um produto mercantil fechado significa compactuar com o desmonte da esfera pública e com a erosão da própria democracia, uma vez que uma educação esvaziada de conflito e historicidade torna-se incapacitada de produzir pessoas historicamente aptas a contestar as injustiças da sociedade atual.



4 O CURRÍCULO EM AÇÃO: O PROCESSO PEDAGÓGICO EM GIMENO SACRISTÁN

O traslado necessário de um currículo estático e burocrático para uma pedagogia das possibilidades, exige a compreensão do currículo como um processo efetivo e multifacetado. Sacristán (2000) nos adverte que o currículo real não se reduz ao documento prescrito pelos órgãos governamentais; ele é, na verdade, uma edificação social complexa que passa por diversas fases de tradução, interpretação e vivência. Sacristán (2000) propõe uma análise que distingue o currículo prescrito do currículo apresentado aos professores, do currículo modelado pelos docentes, do currículo realizado na sala de aula e, finalmente, do currículo avaliado.

Essa distinção conceitual é vital para desmistificar a crença tecnocrática de que a mera alteração dos textos legais ou dos planos de estudo é suficiente para ressignificar a qualidade da educação. O currículo em ação é aquele que se corporifica na imprevisibilidade do encontro pedagógico, nas interações cotidianas, nas contradições e nos afetos que emergem no batente da escola. Quando a burocracia educacional tenta anular essa dinâmica viva em nome de um controle totalitário sobre o processo de ensino, o que se produz é um esvaziamento ético da profissão docente. O professor deixa de ser um intelectual crítico e um mediador cultural para se tornar um funcionário da burocracia curricular, gerando uma escola cinza, repetitiva e profundamente desinteressante para as novas gerações.

A proposta de Sacristán (2000) convoca-nos a transitar o foco do produto curricular (o currículo-fim) para o processo de sua realização histórica (o currículo-meio). O currículo deve ser compreendido como uma hipótese de trabalho a ser testada, enriquecida e constantemente ressignificada pela inteligência coletiva de professores e estudantes. Essa virada interpretativa devolve a dignidade ao fazer pedagógico, reconhecendo que o conhecimento só adquire sentido existencial quando dialoga com a cultura local das particularidades, com a história dos sujeitos e com os problemas urgentes que afligem a comunidade. O currículo-processo, portanto, recusa a rigidez das fôrmas prontas e assume-se como um projeto inacabado de emancipação que se refaz a cada aula, a cada diálogo e a cada ato de rebeldia intelectual.

5 PRÁXIS, EMANCIPAÇÃO E EDUCAÇÃO CIDADÃ EM MOACIR GADOTTI

O resgate da dimensão ontológica do currículo como meio de ressignificação humana e social encontra na pedagogia de Moacir Gadotti a sua síntese ético-política mais vigorosa. Fortemente apoiado na filosofia da práxis compreendida como a reflexão e a ação das pessoas sobre o mundo para transformá-lo, Gadotti (2000) tece uma crítica impactante à pedagogia tradicional e à sua versão modernizada e tecnicista. O autor nos lembra que a educação autêntica não é um processo de "bancarização" e acúmulo de conteúdos pré-fabricados, mas sim uma práxis social que visa à conscientização e à autonomia dos oprimidos. O currículo, sob essa perspectiva, deve servir à leitura do mundo, fornecendo as ferramentas intelectuais e estéticas para que as pessoas se reconheçam como criadores de cultura e construtores da história.



A reflexão de Gadotti (2000) coloca em xeque a fragmentação imposta pelo tecnicismo curricular entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer. O currículo-fim, ao absolutizar os conteúdos formais e as competências burocráticas, desvincula a escola da vida concreta dos educandos, produzindo uma alienação pedagógica que anestesia a sensibilidade social. Em contrapartida, a concepção de Gadotti de uma educação cidadã e planetária impõe um currículo integrado, flexível e aberto, que acolhe os saberes das experimentações, os conflitos ecológicos, as questões de gênero, raça e classe como eixos geradores do conhecimento escolar. O currículo se torna, assim, uma mediação para a solidariedade, a justiça ecossocial e a emancipação humana, operacionalizando sempre na chave da esperança e da utopia.

A busca por essa pedagogia da práxis exige uma radicalização da autonomia escolar e do projeto político-pedagógico da instituição. Gadotti insiste que a escola não pode ser uma mera sucursal do mercado ou um braço executor do Ministério da Educação; ela deve constituir-se em um contexto de vivência democrática e autogestão. O currículo concebido como meio de emancipação não teme o conflito e a contraponto, mas os utiliza como matéria-prima para a reflexão crítica. Ao recusar a inclinação do currículo-fim e abraçar a fragilidade de um currículo em constante diálogo com as dores e os sonhos do seu tempo, a educação escolar reencontra a sua vocação profética e transformadora, consolidando-se como um dispositivo mais poderoso de resistência contra a barbárie social e o deserto existencial promovidos pela racionalidade mercantilizada.

6 CAMINHOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO E A PRÁXIS PEDAGÓGICA

A superação do paradigma tecnocrático e a consequente ressignificação do currículo como um meio emancipatório exigem das comunidades escolares uma postura efetiva de descolonização de suas próprias práticas intelectuais e organizativas. Esse processo de transformação não pode ser delegado às instâncias governamentais ou a comitês de especialistas externos; ele deve emergir de maneira autônoma no cotidiano de cada escola, a partir do engajamento crítico de seus docentes, estudantes e comunidades. A primeira tarefa dessa micropolítica de resistência consiste na desmontagem deliberada da barreira invisível que tradicionalmente separa os conteúdos formais consagrados pela tradição acadêmica das vivências existenciais e dos saberes populares trazidos pelos alunos, como bagagem empírica para o ambiente escolar.

A partir desse diálogo epistemológico e social, a escola deve empenhar-se na edificação de projetos curriculares de caráter interdisciplinar que tomem como ponto de partida as contradições concretas da realidade local. Temas complexos e urgentes, como a crise socioambiental, a precarização das condições de trabalho na era digital, as lutas antirracistas e as dinâmicas de exclusão urbana, não devem ser relegados a disciplinas periféricas ou tratados como algo notável comemorativas no calendário escolar. Eles devem configurar-se como os eixos integradores da arquitetura de todas as áreas do conhecimento, conduz a matemática, as ciências naturais, as linguagens e as humanidades a se desdobrarem sobre os dilemas éticos



da contemporaneidade, convertendo o saber abstrato em instrumento crítico de intervenção e contribuição social. Nessa perspectiva, as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Temas Contemporâneos Transversais no Ensino Religioso ressaltam a necessidade de uma mediação pedagógica pautada por valores éticos e pela valorização da diversidade no ambiente escolar (Klemz; Cruz, 2023; Klemz, 2024)

Além disso, a descolonização do currículo pressupõe uma intensa revisão nos métodos tradicionais de avaliação do rendimento escolar, que historicamente funcionam como os principais instrumentos de controle e legitimação da lógica do currículo-fim. Em substituição às avaliações somativas e padronizadas de caráter estritamente excludente, as escolas, pensar em um agir criticamente precisado instituir práticas de avaliação diagnóstica, processual e formativa que privilegiem a autoavaliação, a reflexão crítica sobre o próprio processo de aprendizagem e a construção plural de soluções pedagógicas. A avaliação deve perder seu perfil punitiva e classificatória de mercado e reassumir sua função originária de mediação dialógica, permitindo que a pessoa estudante compreenda o erro não como um fracasso definitivo, mas como uma etapa constitutiva e rica do seu processo de emancipação e descoberta intelectual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação crítica desenvolvida no decorrer deste artigo permite concluir de forma inequívoca que o sequestro do currículo educacional pela lógica do desempenho, do produtivismo e do controle tecnocrático representa um dos maiores riscos à função social e política da instituição escolar na contemporaneidade. Ao universalizar o currículo prescrito como um fim supremo da prática pedagógica, a racionalidade neoliberal operacionaliza uma dupla violência: desidrata a autonomia intelectual dos professores degradando à condição de executores burocráticos de planos alheios e esvazia a experimentação dos estudantes de sua dimensão emancipatória, transformando o ato de aprender em uma corrida utilitarista por certificações mercantis.

A superação desse estado de coisas, conforme demonstrado pelas reflexões cruzadas de Gadotti, Silva, Apple e Sacristán, não ocorrerá por meio de reformas burocráticas paliativas, mas pela via de uma reconfiguração significativa da práxis docente e da gestão escolar. O currículo deve ser defendido e vivido como um meio de ler o mundo, de formular perguntas inquietantes e de costurar laços de solidariedade social. Isso exige das escolas a coragem epistemológica de questionar a suposta neutralidade dos conteúdos oficiais, descolonizando os saberes e abrindo as janelas da sala de aula para as contradições históricas e para os entreves do seu tempo.

Em última análise, conceber o currículo como um meio inesgotável para a formação humana integral significa sustentar que a educação é, fundamentalmente, uma aposta ética na liberdade e na pluralidade de contextos e de pessoas. O valor do fazer pedagógico não reside nos relatórios de auditoria educacional ou



nas estatísticas apáticas de testes padronizados, mas na qualidade humana dos processos que a escola desencadeia de forma contínua, atuando com esse elo integrador entre o ser e estar da sociedade. Ao resgatar o currículo de seu aprisionamento instrumental e permutá-lo à dimensão do diálogo e da criação plural, a educação escolar reencontra a sua força originária e visionária, constituindo-se em um contexto insubstituível de resistência democrática e de anúncio de olhares e ações futurísticas possíveis.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Tradução de Sandra Regina Rodrigues. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.
- GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- KLEMZ, Charles. Inclusão ou diversidade? **Identidade!**, v. 28, n. 1, p. 385-397, 2023.
- KLEMZ, Charles. **Inclusão transversal da diversidade humana: um diálogo entre a Teologia e a Educação**. São Leopoldo: Oikos, 2021.
- KLEMZ, Charles. O ensino religioso no Brasil e os desafios para a educação inclusiva. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 8, e6285, 2024.
- KLEMZ, Charles; CRUZ, S. da. Temas contemporâneos transversais no Ensino Religioso. **UNITAS - Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, v. 11, n. 2, 2023.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.